

CAMADA PROFUNDA — SÃO PAULO

O sistema educacional por dentro: quem estuda, onde estuda, quem oferece e o que recebe em troca?



Acesse os
Cadernos
pelo QRCode

A pergunta que os números sozinhos não respondem

São Paulo possui uma das maiores e mais complexas redes educacionais do país. São **645 municípios**, uma capital de dimensão metropolitana, redes estaduais e municipais, instituições federais, uma extensa rede privada e um sistema público de ensino superior formado por USP, Unicamp e Unesp.

Mas contar escolas, alunos, professores e matrículas não basta.

A pergunta central deste relatório é outra:

Como funciona, de fato, a máquina educacional paulista — e para quem ela funciona melhor ou pior?

É essa pergunta que transforma uma coleção de estatísticas em um documento de inteligência educacional.

1. A primeira camada: quem estuda?

O ponto de partida é o estudante.

A educação paulista não pode ser analisada apenas pela quantidade total de matrículas. É necessário saber **em que etapa o estudante está, em qual território vive, qual rede o atende e quais condições precisa enfrentar para permanecer estudando.**

A leitura deve acompanhar o estudante ao longo do percurso:

Casa → território → transporte → escola → permanência → aprendizagem → continuidade dos estudos.

Essa cadeia é fundamental porque uma matrícula registrada não significa, necessariamente, uma trajetória educacional bem-sucedida.

O estudante pode estar matriculado e faltar.

Pode frequentar a escola e não aprender.

Pode aprender e abandonar posteriormente.

Pode concluir uma etapa sem conseguir acessar a seguinte.

Portanto, a matrícula é o começo da análise — não o seu resultado.

2. Onde esse estudante está?

São Paulo é territorialmente desigual.

A educação acontece em **645 municípios**, mas as condições nas quais uma criança, um adolescente ou um jovem chega à escola variam enormemente.

Há municípios pequenos, cidades médias, grandes centros urbanos, regiões metropolitanas, territórios rurais, áreas de expansão urbana e territórios submetidos a fortes deslocamentos pendulares.

Por isso, a pergunta não deve ser apenas:

“Quantos estudantes existem?”

É preciso perguntar:

Onde eles estão? Quanto precisam percorrer? Qual rede os atende? Que infraestrutura encontram?

A distância entre casa e escola passa a ser um indicador educacional.

O transporte também.

O tempo de deslocamento também.

A alimentação escolar também.

A conectividade também.

A segurança do território também.

A existência — ou ausência — de equipamentos culturais, esportivos e científicos também.

3. Quem oferece a educação?

Aqui aparece uma das características fundamentais do sistema paulista: **a educação pública é compartilhada por diferentes entes e redes.**

A União mantém sua rede própria e participa do financiamento e das políticas nacionais.

O Estado de São Paulo possui uma extensa rede estadual, particularmente relevante no ensino fundamental e, sobretudo, no ensino médio.

Os municípios têm papel decisivo na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, além de participarem de maneira importante dos anos finais.

Ao lado dessas redes públicas existe uma grande rede privada.

No ensino superior público, São Paulo apresenta ainda uma situação singular no país:

USP + Unicamp + Unesp

formam um sistema universitário público de extraordinária capacidade científica, tecnológica e formadora.

Essa estrutura, entretanto, precisa ser analisada em conjunto com a educação básica.

Não basta perguntar quantas universidades de excelência existem.

É preciso perguntar:

Quantos estudantes da educação básica conseguem chegar até elas?

4. Quem paga?

Esta é uma das perguntas que normalmente desaparecem das estatísticas educacionais.

A educação tem custo.

Construir uma escola custa.

Mantê-la custa.

Transportar estudantes custa.

Alimentá-los custa.

Pagar professores e funcionários custa.

Oferecer tecnologia, laboratórios, bibliotecas, formação profissional e ensino superior custa.

Por isso, o Relatório nº 2 deve avançar da pergunta:

“Quantos alunos existem?”

para:

“Quanto custa educar cada aluno?”

E, posteriormente:

“Quem financia esse custo?”

A análise deve cruzar, sempre que possível:

- receitas e despesas educacionais;
- investimento por estudante;

- custo das diferentes etapas;
- participação da União;
- participação do Estado;
- participação dos municípios;
- Fundeb;
- programas complementares;
- transporte escolar;
- alimentação;
- infraestrutura;
- remuneração dos profissionais;
- investimento e custeio do ensino superior.

Somente esse cruzamento permite compreender a arquitetura financeira do sistema.

5. Quanto recebe quem ensina?

Uma rede educacional não existe sem pessoas.

Por isso, o professor não pode aparecer no relatório apenas como uma linha de despesa.

É necessário observar:

quantos são, onde estão, quanto recebem, qual sua formação, quantas horas trabalham, quantas turmas atendem e quais condições encontram para ensinar.

A distribuição dos profissionais também importa.

Uma escola localizada em território de maior vulnerabilidade pode enfrentar dificuldades completamente diferentes das encontradas por uma escola situada em área de alta renda.

Assim, a média estadual pode esconder desigualdades internas importantes.

A média informa. A distribuição explica.

6. O que a escola entrega?

Chegamos ao ponto em que a análise deixa de ser apenas administrativa.

A escola recebe estudantes, recursos, profissionais e políticas públicas.

Mas o que entrega?

A resposta não pode ser reduzida à aprovação.

É necessário observar:

frequência → permanência → aprendizagem → conclusão → continuidade.

O Ideb e outros indicadores de aprendizagem são importantes, mas não encerram a avaliação.

Uma educação de qualidade precisa ser examinada como processo.

O estudante entra.

Permanece.

Aprende.

Conclui.

Prossegue.

E, finalmente, transforma o conhecimento adquirido em capacidade para a vida, para o trabalho, para a ciência, para a cultura e para a cidadania.

7. Frequência não é apenas presença

Este é um dos pontos centrais da leitura paulista.

A frequência escolar começa antes do portão da escola.

Ela começa em casa.

Continua no deslocamento.

Passa pelo transporte.

Chega à escola.

Depende da alimentação, da segurança, da infraestrutura, do acolhimento e da qualidade da experiência escolar.

Por isso, propomos uma pequena mudança de perspectiva:

A frequência escolar deve ser entendida como uma cadeia de condições de acesso e permanência, e não apenas como o registro de presença em sala de aula.

O percurso é:

Casa → transporte → percurso → escola → permanência → aprendizagem.

Se uma dessas etapas falha sistematicamente, a política educacional precisa investigar a causa.

É nesse ponto que programas de transporte, alimentação escolar, apoio à permanência e políticas territoriais deixam de ser políticas “complementares”.

Eles passam a fazer parte da própria política de aprendizagem.

8. Onde estão as desigualdades?

Esta talvez seja a pergunta mais importante do relatório.

Não basta saber que São Paulo possui bons indicadores médios.

É preciso localizar as diferenças.

A desigualdade pode aparecer:

entre municípios;

entre regiões;

entre capital e interior;

entre redes;

entre escolas;

entre etapas de ensino;

entre territórios socialmente distintos;

entre estudantes com diferentes condições de vida.

O desafio do relatório será construir uma cartografia dessas diferenças.

Não uma cartografia apenas geográfica.

Uma **cartografia da oportunidade educacional.**

9. O paradoxo paulista

São Paulo reúne, simultaneamente:

- uma das maiores economias do país;
- uma enorme capacidade arrecadatória;
- universidades públicas de excelência internacional;
- centros científicos e tecnológicos de primeira linha;
- uma grande rede educacional;
- enorme diversidade territorial;
- e desigualdades educacionais persistentes.

Esse contraste é uma das chaves para compreender o sistema.

A questão não é apenas saber se São Paulo possui recursos.

Possui.

A questão é saber:

como esses recursos são distribuídos, transformados em políticas e convertidos em oportunidades reais para os estudantes.

10. A cadeia completa da inteligência educacional

É aqui que o Relatório nº 2 encontra sua metodologia central.

Não analisaremos os indicadores como peças isoladas.

Vamos conectá-los.

A cadeia paulista

Quem estuda

↓

Onde estuda

↓

Quem oferece

↓

Quanto custa

↓

Quem paga

↓

Quanto recebe quem trabalha na educação

↓

Quais condições a escola oferece

↓

O que o estudante aprende

↓

Quem conclui

↓

Quem prossegue

↓

Onde permanecem as desigualdades

Essa é a espinha dorsal do documento.

11. O que queremos descobrir

O objetivo não é produzir uma classificação simplista de municípios, escolas ou redes.

Queremos encontrar os **pontos de estrangulamento do sistema**.

Onde o estudante desaparece?

Onde a matrícula não se transforma em aprendizagem?

Onde a frequência cai?

Onde o investimento não produz os resultados esperados?

Onde faltam professores?

Onde o território interfere na permanência?

Onde a desigualdade econômica se converte em desigualdade educacional?

E, sobretudo:

quais políticas conseguem quebrar essa cadeia de desigualdades?

12. São Paulo como laboratório brasileiro

Por sua dimensão econômica, demográfica, científica e educacional, São Paulo pode ser observado como um verdadeiro laboratório da educação brasileira.

Se conseguirmos compreender sua estrutura interna, seus fluxos financeiros, seus territórios, suas redes e suas desigualdades, teremos não apenas um retrato de São Paulo.

Teremos uma ferramenta para compreender problemas que aparecem, em diferentes escalas, em todo o Brasil.

É por isso que o Relatório nº 2 não deve terminar nos números.

Os números são a matéria-prima.

A inteligência está na relação entre eles.

A pergunta final

Depois de percorrer estudantes, território, redes, financiamento, profissionais, infraestrutura, permanência e aprendizagem, resta a pergunta que deverá orientar a leitura de todo o Caderno:

Quanto do potencial educacional de São Paulo está sendo efetivamente convertido em oportunidade para cada estudante?

Essa é a medida que importa.

E é também o ponto de partida para a próxima camada:

identificar, município por município e rede por rede, onde o sistema funciona, onde falha e onde estão as possibilidades concretas de transformação.

